

Visões de uma Economia Responsável, Plural e Solidária no Brasil*

Euclides André Mance

Brasília, Março de 2008

1. Contexto do País

1.1. Há leituras divergentes acerca das transformações que vêm ocorrendo no Brasil no período do Governo Lula com suas contradições, destacando-se diferentes indicadores econômicos, ambientais e sociais.

Em paridade de poder de compra, o PIB ultrapassou em 2006 a 1,9 trilhão de dólares, tornando a economia brasileira a oitava maior entre as nações e a terceira das Américas, com um importante crescimento dos setores de indústria e serviços em relação ao setor agropecuário. Em 2007 o PIB cresceu 5,4% e o PIB per capita atingiu o valor de R\$ 13.515,00, aproximadamente US\$ 7.606,00, ao câmbio de 31 de dezembro.

A inflação permanece controlada na casa de 4,5 % ao ano, as exportações subiram (alcançando em 2007 cerca de US\$ 161 bilhões, com um saldo comercial de US\$ 40 bilhões), o mercado consumidor interno se expandiu e o real tem se valorizado frente a moedas fortes. Em 2007, frente ao real o dólar se desvalorizou 17% e o Euro 8%. Contribuíram para isso, o incremento das exportações do país e a entrada de capitais internacionais para investimentos em títulos públicos e no mercado de ações, com a Bolsa de Valores do Estado de São Paulo alcançando recordes internacionais, fechando 2007 com 43,65% de valorização. A taxa básica de juros permanece uma das mais elevadas do mundo, na casa de 11,25% ao ano - descontada a inflação de 4,5%, trata-se de uma taxa real de 6,75%.

Conforme dados oficiais, sob o governo Lula “o salário mínimo teve um aumento real de 42,8%. Mais de 11 milhões de famílias passaram a ter a renda mínima do [programa] Bolsa Família. O desemprego, de 8,2%, chegou ao seu menor nível nos últimos anos. Em 2007, foram criados 1,6 milhão de novos empregos formais. (...) Cerca de 90% das negociações coletivas concluídas pelos sindicatos resultaram em aumentos acima da inflação. Em 2007, a renda total dos trabalhadores expandiu-se 6,4%, o consumo das famílias, 5,9%, e as vendas do comércio varejista, 9,9%. O total de créditos do sistema financeiro cresceu de 30,4% para 34,3% do PIB no último ano. O crédito para o financiamento imobiliário para pessoa física passou de R\$ 11,7 bilhões em 2006 para R\$ 19,2 bilhões em 2007.”¹ Conforme o IBGE, “...a despesa de consumo das famílias teve alta (6,5%) pelo quarto ano consecutivo, favorecida pela elevação de 3,6% da massa salarial dos trabalhadores, em termos reais, e pelo acréscimo nominal de 28,8% no saldo de operações de crédito do sistema financeiro com recursos livres para as pessoas físicas. A despesa do consumo da administração pública cresceu 3,1%, e a formação bruta de capital fixo (FBCF, o mesmo que investimento) também registrou crescimento, de 13,4%, a maior taxa anual desde o início da série, em 1996.”²

Cerca de 20 milhões de brasileiros, a maioria oriunda da classe D/E, com mais de 16 anos migraram para a classe C, entre janeiro de 2003 e novembro de 2007, particularmente em razão da recuperação da economia no último período e dos programas sociais e previdenciários do Governo Federal, elevando o padrão de vida das camadas mais pobres. Conforme pesquisa do DataFolha, “nos últimos cinco anos, a classe D/E encolheu de 46% do total da população para

* Contribuição ao estudo "Intercambiando Visiones sobre una Economía Responsable, Plural y Solidária", publicado por ALOE - Aliança por uma Economia Responsável, Plural e Solidária, sob organização e edição de Marcos Arruda.

¹ PT. [Os dois Brasis](#) 26/02/2008 - 12:50

² IBGE. [PIB cresce 5,4% e chega a R\\$ 2,6 trilhões em 2007](#)

26%. Já a C cresceu de 32% para 49%, reunindo hoje (...) 125 milhões de pessoas com mais de 16 anos. A classe A/B manteve-se praticamente estável, tendo oscilado de 20% para 23% do total da população. A pesquisa ainda aponta que a migração da classe D/E para a C foi mais acentuada no interior do que nas áreas metropolitanas, com maior impacto nas regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste do país.”³ – justamente as regiões mais pobres do Brasil.

Atualmente, a maioria dos consumidores que compra pela internet no Brasil é de baixa renda: “51% são das classes C, D e E”, tendo sido a expansão do crédito responsável por esse fenômeno, uma vez que 67% dos cartões de crédito (principal meio de pagamento eletrônico) estão nas mãos dessas classes sociais. Conforme os jornais, “entre os domicílios com acesso à rede, 62% são de baixa renda. (...) Entre os internautas de baixa renda, 25% ficam pelo menos dez horas por semana na internet.”⁴ Para além da expansão do acesso nas residências, inclui-se a disponibilidade de acesso em *lan houses*, no trabalho, na escola, em bibliotecas e telecentros, encurtando a distância entre a Internet e as comunidades mais pobres.

Assim, os indicadores econômicos mostram que, de certo modo, os processos de "distribuição de renda" operados nos últimos anos (transferência pública direta, elevação real do salário mínimo, compra pública da agricultura familiar, aumento salarial com ganhos reais para significativa parcela dos trabalhadores, geração de novos postos de trabalho ampliando o poder de compra dos trabalhadores antes desempregados, etc.) vêm contribuindo para expandir um mercado consumidor interno mais forte e o consumo das camadas populares (também no setor de serviços) vem contribuindo para uma parcela do crescimento econômico verificado nesse período. Em segundo lugar, o processo de bancarização e de expansão dos cartões de crédito, bem como de facilitação do acesso ao crédito com "taxas menores" (com o crédito consignado, financiamentos diferenciados para aquisição de veículos, imóveis e computadores, entre outros instrumentos) veio possibilitando igualmente alavancar o consumo interno no país - tanto das camadas mais pobres quanto dos setores médios. Igualmente o gasto público tem contribuído na sustentação do consumo interno, que deve se expandir com Programa de Aceleração do Crescimento que envolve “obras de infra-estrutura logística (rodovias, ferrovias, portos, aeroportos), energética (hidrelétricas, térmicas, petróleo, gás natural) e social e urbana (Luz para Todos, urbanização de favelas, saneamento etc.)”⁵ – programa esse bastante questionado por parcelas da sociedade civil organizada. Cabe ressaltar que as diferenças regionais continuam acentuadas entre as populações urbana e rural bem como entre norte e sul do país.

Conforme o IBGE⁶, houve uma redução na taxa de *analfabetos absolutos* no Brasil de 10,2% para 9,6% de 2005 para 2006, significando a alfabetização de 600 mil pessoas no período. Por sua vez, a taxa de *analfabetismo para as pessoas de 15 anos e mais* foi de 14,8% em 1996 para 10,4% em 2006, havendo uma redução de cerca de 30% em dez anos. Em relação ao *trabalho infantil*, a Pesquisa Nacional por Amostragem Domiciliar indicou que em 2006 havia no país aproximadamente 2,718 milhões de crianças de 5 a 15 anos ocupadas, com uma redução em torno de 216 mil crianças em relação ao ano anterior, embora tivesse ocorrido uma elevação em 2005 em relação a 2004. Já a *expectativa de vida* do brasileiro, em 2006, subiu para 72,3 anos, sendo que em 2005 era de 71,9 anos e em 1960 era de 54,6 anos.

Com respeito à inclusão digital, ao final de 2007 o total de internautas no Brasil, com 16 anos ou mais, era de 39 milhões de pessoas (21% da população brasileira)⁷ e cerca de 10 milhões deles já haviam feito ao menos uma compra pela Internet, tendo as vendas *on line* crescido 43% neste ano em relação ao ano anterior, alcançando a casa de R\$ 6,3 bilhões. Considerando-se apenas *usuários da Internet em domicílios*, em 2007 foram 7,1 milhões de novos internautas

³ Folha de São Paulo on Line 16/12/2007 - 03h36 . [Crescimento econômico tira 20 milhões de brasileiros da classe D/E](#).

⁴ Globo. [Consumidores de baixa renda são maioria na internet](#). 08/01/2008 - 13h23 - Atualizado em 08/01/2008 - 13h56

⁵ PT. [Os dois Brasis](#). 26/02/2008 - 12:50

⁶ IBGE. [Síntese de Indicadores Sociais -2007 – Uma Análise das Condições de Vida da População Brasileira](#).

⁷ Internet – Inclusão Digital. “Número de internautas ativos em casa cresce 8,3% no País em novembro.”

no país, navegando pelo menos uma vez por mês.⁸ Em Janeiro de 2005 havia 10,7 milhões de pessoas com acesso à Internet *em residências*, saltando esse número para mais de 21 milhões em janeiro de 2008. “A pesquisa também apontou que o Brasil continua a ser o País com o maior tempo de navegação residencial por usuário...: 23 horas e 12 minutos ao mês... Em segundo aparece a França (21 horas e 38 minutos), seguida dos Estados Unidos (20 horas e 39 minutos)...”⁹ – uma vez que o número de residências no Brasil que se vale de acesso em banda larga já alcança a 50% das que dispõem de computador. Quanto a outras Tecnologias de Informação e Comunicação, 70% dos domicílios dispõem de telefone celular, 45% telefone fixo e 98% televisão.

Com relação à Dívida Externa, no começo de 2008, o país passou a condição de credor externo, em razão do fortalecimento das reservas internacionais com as exportações, o que possibilitou a recompra da dívida externa e a antecipação de pagamentos. Em 2007 as reservas cresceram 110%, alcançando US\$ 180,3 bilhões no final do ano. Todavia, isso tem um alto custo para o país. Conforme Rodrigo Vieira de Ávila, apenas “em 2007, o governo federal gastou R\$ 237 bilhões com juros e amortizações da dívida interna e externa (sem contar o refinanciamento...), enquanto apenas gastou R\$ 40 bilhões com a saúde, R\$ 20 bilhões com a educação e R\$ 3,5 bilhões com a Reforma Agrária.”¹⁰ Com relação ao desmatamento da Amazônia, de agosto/2006 a agosto/2007 foram desmatados 11.224 km², significando uma queda de 20% em relação ao período 2005-2006, com uma queda acumulada de 59% em três anos, sendo uma taxa muito próxima a menor já registrada em 1991, desde o início dessa medição em 1988¹¹.

1.2 Quanto à situação atual da economia solidária no Brasil¹², o mapeamento oficial feito pelo Governo Federal sobre economia solidária em 2005 e 2007, que alimenta o Serviço Nacional de Informações de Economia Solidária – SIES, alcançou a 53% dos municípios brasileiros, entrevistando-se em média pouco mais de 7 empreendimentos por município. Não esgota, pois, o universo da economia solidária no país. Nele foram incluídas as organizações coletivas supra-familiares de trabalhadores/as que exercem a gestão coletiva do empreendimento (tanto das atividades quanto da alocação dos resultados), de caráter permanente, singulares ou complexas, dispendo ou não de registro legal, que necessariamente realizam atividades econômicas (sejam de produção, prestação de serviços, crédito popular, comercialização ou consumo solidário). Em razão desses critérios, não foram mapeadas atividades de produção, comercialização ou prestação de serviços, *realizadas de maneira individual ou familiar*, mesmo não havendo nelas as figuras de patrão e empregado, mesmo que tais atividades fossem autogestionadas e baseadas em princípios solidários – como ocorre em parte da agricultura familiar e com as atividades de inúmeros artesãos, comerciantes e prestadores de serviços solidários no espaço urbano.

Constatou-se que, dos 21.859 empreendimentos econômicos solidários pesquisados, 49% foram criados entre 2001 e 2007. Destes, 10% estão em fase de implantação. Em sua maioria, 52% são associações, 37% constituem-se de grupos informais e 10% de cooperativas. Possuem registro legal de funcionamento 50% do total. Distribuem-se em área rural (48%), urbana

⁸Humberto Marques. [Em um ano, Brasil ganhou 7,1 milhões de internautas](#). Campo Grande News. 22/8/2008

⁹Humberto Marques. [Em um ano, Brasil ganhou 7,1 milhões de internautas](#). Campo Grande News. 22/8/2008

¹⁰ Rodrigo Vieira de Ávila. [Acúmulo de Reservas Cambiais = Farra dos Especuladores e Explosão da Dívida Interna](#). Rede Jubileu Sul, 22/02/2008

¹¹Fonte: MMA. [Grupo Permanente de Trabalho Interministerial Sobre Desmatamento na Amazônia](#), 2008.

¹² Utilizamos nessa análise os dados do [Sistema Nacional de Informações de Economia Solidária](#), resultantes da pesquisa realizada pela SENAES em 2005 e 2007. Cabe esclarecer que em algumas questões era possível indicar mais de uma resposta, pela ordem de sua incidência em relação à pergunta tendo em vista a realidade de cada empreendimento. Optamos por trabalhar não apenas com a resposta dada em primeira ordem, mas igualmente com as outras duas, totalizando o conjunto das respostas e considerando a participação relativa de cada uma delas no total. Isso resulta em percentuais divergentes ao de outras análises sobre os mesmos dados que consideram para cada pergunta somente a resposta dada em primeira ordem. Todavia nos pareceu mais adequado trabalhar com essa totalização das três ordens de resposta para uma compreensão global mais próxima da complexidade da economia solidária no Brasil.

(35%) e simultaneamente rural e urbana (17%). Integram ao todo a 1.687.496 trabalhadores, sendo 63% homens. Nos últimos doze meses anteriores à pesquisa, em 30% dos empreendimentos houve aumento no número de sócios, em 51% deles esse número permaneceu igual e em 19% deles o número de sócios diminuiu. Destaque-se também que 43% desses empreendimentos estão na região nordeste do Brasil – que abrigava metade da população abaixo da linha de indigência no país em 2002.

Entre os motivos de sua criação estão a busca por uma alternativa ao desemprego (21%), uma fonte complementar de renda para os associados (20%), para obtenção de maiores ganhos em um empreendimento associativo (17%); desenvolvimento de uma atividade onde todos são donos (13%), condição exigida para ter acesso a financiamentos e outros apoios (12%); desenvolvimento comunitário de capacidades e potencialidades (6%), alternativa organizativa e de qualificação (5%), motivação social, filantrópica ou religiosa (3%), recuperação por trabalhadores de empresa privada que faliu (0,3%) e outros (3%).

Os associados em conjunto realizam atividades de produção (20%), comercialização – venda (18%), uso de equipamentos (máquinas, ferramentas etc.) (16%), uso de infra-estrutura (prédios, armazéns, sedes, lojas etc.) (15%), aquisição (compra ou coleta) de matéria-prima e insumos (10%), prestação do serviço ou trabalho (8%), obtenção de clientes ou serviços para os(as) sócios(as) (5%), troca de produtos ou serviços (4%), poupança ou crédito (3%), outras atividades (1%).

Agrupando-se os 50 produtos e serviços mais produzidos nos empreendimentos e considerando-se apenas os empreendimentos que os oferecem, o primeiro grupo (com incidência de 41% neste universo) inclui, pela ordem, milho, feijão, arroz, farinha de mandioca, mandioca, banana, café, castanha de caju, cereais, cana de açúcar e goma de mandioca; o segundo grupo (21%) contempla artesanato, bolsas diversas, bijuterias, tapetes, crochê, bordados, bonecas, pano de prato, cestos diversos, biscoito, almofadas, pintura em tecidos e caixas decorativas; o terceiro grupo (10%) inclui, confecções, artigos de cama, mesa e banho, roupas íntimas; o quarto grupo (7%) inclui doces, pães, doces de frutas, salgados, bolo, biscoitos, bolachas e refeições; o quinto grupo (6%) inclui peixe, gado (cabeça), caprinos e ovinos (cabeça), frango e carne bovina; o sexto grupo (5%) inclui leite e queijo, o sétimo (4%) inclui hortigranjeiros; o oitavo grupo (3%) inclui mel; o nono grupo (3%) inclui plásticos, coleta e reciclagem, papelão, papéis em geral; e por fim (0,8%) transporte de passageiros e (0,6%) operações de crédito. Esses percentuais referem-se apenas aos 50 produtos e serviços mais produzidos em relação aos empreendimentos que os oferecem.

Quanto ao faturamento mensal, apenas 15.105 empreendimentos indicaram os valores, totalizando R\$ 653 milhões. Convertidos em dólares americanos pela cotação de 31/12/2007 (R\$ 1,77) seriam aproximadamente US\$ 369 milhões. Em euros (cotados a R\$ 2,59 na mesma data) seriam aproximadamente E\$ 252 milhões. Sua produção anual, então declarada, seria de R\$ 7,8 bilhões ou US\$ 4,4 bilhões ou € 3 bilhões. Embora pareçam valores expressivos, correspondem apenas a 0,3% do PIB brasileiro.

Nos últimos 12 meses, 39% dos empreendimentos fizeram investimentos que totalizaram R\$ 291 milhões ou aproximadamente US\$ 164 milhões, principalmente para: aquisição e renovação de equipamentos (37%), infra-estrutura física (prédios, construções, etc.) (28%), ampliação de estoque de matérias-primas (18%), capacitação de mão-de-obra (13%), abertura de lojas/espços de comercialização (2%), abertura de filiais (1%) e outros (3%). Trata-se de investimento de excedentes gerados no próprio circuito da economia solidária ou de recursos captados em financiamentos no setor da economia solidária ou junto a organismos públicos e bancos privados. Cabe destacar, entretanto, que apenas 16% do total dos empreendimentos tiveram acesso a crédito ou financiamento nos últimos 12 meses anteriores à pesquisa. Do total dos recursos, 51% foram destinados a investimento; 26% a custeio e investimento e 23% a custeio ou capital de giro. Com relação aos tipos de fontes de crédito ou financiamento, tem-

se: banco público (53%), ONG ou OSCIP (10%), banco privado (6%), cooperativa de crédito (5%), Banco do Povo ou similar (4%), outra instituição financeira privada (2%) e outras fontes (21%). O total do crédito recebido soma aproximadamente R\$ 373 milhões. Com relação à situação atual do pagamento ou devolução do crédito, 46% estão no prazo de carência; 34% estão com o pagamento em dia; 10% com o pagamento concluído, 6% com o pagamento em atraso e 5% em outra situação. Aproximadamente 53% dos empreendimentos relataram que não enfrentam ou não enfrentaram dificuldade para obtenção de crédito. Os 47% que afirmam enfrentar dificuldades, as indicam como: falta de apoio para elaborar projeto (18%), taxas de juros elevadas ou incompatíveis com a capacidade do empreendimento (16%), falta de aval ou garantia (16%), o empreendimento não possui a documentação exigida pelo agente financeiro (16%), burocracia dos agentes financeiros (14%), prazos de carência inadequados (10%), falta de linha de crédito (5%) e outras (5%).

Entre 2001 e 2007 foram criados 10.653 novos empreendimentos, estando 2.085 em fase de implantação. Esses empreendimentos geraram no período cerca de 800 mil novos postos de trabalho. Foram criados 1.522 empreendimentos a cada ano, ou 126 novos empreendimentos a cada mês. Com relação à situação dos equipamentos dos empreendimentos, 68% deles têm equipamentos próprios, 18% cedidos ou emprestados, 3% alugados e pouco mais de 1% arrendados. As fontes de recursos apontadas para a montagem inicial dos empreendimentos são: os próprios associados (52%), doações (26%), empréstimos e/ou financiamentos (15%), a atividade não exigiu aplicação inicial de recursos (3%) e outros (4%). Vemos que as principais fontes de recursos referem-se à solidariedade entre os participantes do empreendimento, que aportam recursos próprios em benefício da iniciativa e/ou de doações recebidas de outras organizações solidárias ou comunidades locais. Igualmente, inúmeras formas de microfinanças solidárias inscrevem-se na terceira principal fonte de recursos para o surgimento desses empreendimentos.

Em relação aos resultados financeiros, considerando-se os resultados da atividade econômica dos empreendimentos no ano anterior, sem contar as doações de recursos, os empreendimentos responderam que foi possível: pagar as despesas e ter uma sobra (38%), pagar as despesas e não ter nenhuma sobra (34%). Somente 15% não haviam pago as despesas relacionadas ao ano anterior, um número relativamente baixo, comparando-se-o ao das empresas de mercado em seus atuais níveis de endividamento. Essa questão não se aplicava a 13% dos empreendimentos, seja porque estavam em fase de implantação, seja por terem menos de um ano de vida ou por outros motivos.

No caso de ter havido sobras, os empreendimentos as destinaram para as seguintes finalidades: distribuição entre sócios(as) (40%), fundo de reserva (40%), fundo de investimento (39%), integralização de capital (6%), fundo de solidariedade (4%), fundo de assistência técnica e educacional (3%) ou outro destino (3%). O destino mais específico das sobras, associando-as a benefícios, garantias e direitos para sócios(as) que trabalham nos empreendimentos, foi também investigado, obtendo-se como informação que do universo de 16.775 que responderam essa questão, 73% informaram não ter sobras; outros 18% informaram aplicá-la em qualificação social e profissional; 7% em equipamentos de segurança; 4% descanso semanal remunerado; 3% férias remuneradas; 3% gratificação natalina; 1% comissão de prevenção de acidentes no trabalho e 5% em outros benefícios.

No que se refere ao tipo de remuneração dos sócios que trabalham diretamente nos empreendimentos, tem-se: remuneração por produto ou produtividade (60%), remuneração fixa (7%), remuneração por horas trabalhadas (7%), não há remuneração (autoconsumo ou trabalho voluntário) (7%) e outro tipo (5%). Cabe destacar que 21% dos empreendimentos afirmam não estar conseguindo remunerar os trabalhadores. Considerando-se os empreendimentos que remuneram os sócios que trabalham nos empreendimentos e que informaram essa remuneração, tem-se 49% do total; outros 41% não informaram a remuneração. Com base nos que informaram, pode-se agrupar cinco faixas de remuneração

mensal média por trabalhador: a) a remuneração média em 19% dos empreendimentos é de R\$74,52; b) em outros 12% a remuneração média é de R\$ 217,44; c) em outros 13% é de 398,40; d) em outros 5% é de R\$ 895,89; e) por fim, em pouco mais de 1% a remuneração mensal média por trabalhador é de R\$ 2837,00. Assim, o volume total de remuneração mensal informado pelo conjunto de 10.872 empreendimentos é de R\$ 3,629 milhões, com uma remuneração média de R\$ 166,00 por trabalhador. Se aplicássemos esse média também para os 8.894 empreendimentos que não informaram remuneração teríamos uma remuneração total mensal aproximada para o conjunto dos empreendimentos na casa de R\$ 5,105 milhões de reais, correspondendo a R\$ 61,26 milhões de reais distribuídos em remuneração aos sócios que trabalham nos empreendimentos por ano. As duas primeiras faixas de remuneração são muito baixas. Haveria de investigar-se melhor os motivos. Todavia, uma hipótese é a de que como 20% dos trabalhadores buscam na economia solidária apenas uma fonte complementar de renda, estes estariam agrupados em maior medida nestas faixas. Por outro lado, como parte expressiva dos trabalhadores atua em área rural, caberia avaliar igualmente a paridade de poder de compra desses valores em tais territórios em relação aos territórios urbanos de maior adensamento.

No total, 15% dos empreendimentos possuem trabalhadores não sócios, perfazendo pouco menos de 29 mil trabalhadores. Destes empreendimentos, cerca de 55% contratam trabalhadores temporariamente, ao passo que 36% de modo permanente e 9% em ambas as modalidades. Em geral esses trabalhadores atuam nas seguintes atividades com as seguintes remunerações médias mensais: produção (trabalho na produção ou prestação de serviços) (37%), recebendo mensalmente em média US\$ 195; manutenção e serviços gerais (21%) recebendo US\$ 246; administração, secretaria, contabilidade, finanças (20%), recendo US\$ 303; gerência, assessoria, consultoria (8%), recebendo US\$ 660; representação comercial, vendas, comunicação (7%) recebendo em média US\$ 320 ou em outras funções (6%), recebendo mensalmente em média US\$ 255. Essa disparidade parece indicar que para solucionar determinadas carências do empreendimento, são contratados (de maneira temporária ou permanente) profissionais não-associados ao empreendimento com valores, em alguns casos, mais elevados do que os que são distribuídos na remuneração da maioria dos próprios trabalhadores associados. Caberia, entretanto, investigar melhor esse fato.

Quanto à comercialização, a maior parte da produção (considerando-se o conjunto da destinação do empreendimento e não apenas a destinação principal) volta-se ao comércio local ou comunitário (35%), seguido do comércio municipal (32%), micro-regional (16%), estadual (10%), nacional (4%) e internacional (1%).

Destaque-se que apenas 56% dos empreendimentos apontaram como destino final dos produtos e/ou serviços a sua venda. No caso de 5%, os produtos e serviços são destinados ao autoconsumo de sócios e de suas famílias; no caso de 4%, os produtos e serviços são trocados por outros produtos e serviços, particularmente de outros fornecedores solidários – sendo parte desse intercâmbio feita com o emprego de moedas sociais, emitidas pelas próprias comunidades de bairro ou redes locais, que as aceitam no intercâmbio de produtos e serviços. Por fim, o destino dos produtos e serviços de 27% dos empreendimentos é, em parte, a sua venda ou troca e, em parte, destinada ao autoconsumo de sócios. Percebe-se que vem crescendo o volume de intercâmbios internos ao setor da economia solidária, reduzindo-se progressivamente a necessidade de recorrer-se aos produtos e serviços ofertados por empresas capitalistas, não solidárias.

Quanto às formas de comercialização dos produtos e/ou serviços dos empreendimentos, a pesquisa apontou que 51% prática a venda direta ao consumidor; 31% vendem a revendedores/atacadistas; 6% vendem a órgãos governamentais; 3% troca com outros empreendimentos solidários; 3% vende a outros empreendimentos de ES, entre outras formas. Quanto aos principais espaços de comercialização de produtos e/ou serviços indicou-se: entrega direta a clientes (35%), feiras livres (22%), feiras e exposições eventuais/especiais

(15%), lojas ou espaços próprios (15%) e espaços de venda coletivos (centrais de comercialização) (6%). Já as principais dificuldades na comercialização dos produtos e/ou serviços foram apontadas como: falta de capital de giro para vendas a prazo (17%), não encontrar quantidade suficiente de clientes (12%), dificuldade em manter a regularidade do fornecimento (9%), preço inadequado dos produtos (baixos, desvalorizados) (8%), transporte/estradas (8%); estrutura para comercialização (local, espaço, equipamentos, etc.) (7%), falta de registro legal para a comercialização (emitir nota fiscal, etc.) (7%), os clientes exigem um prazo para o pagamento (6%), agentes do mercado (concorrentes, atravessadores, monopólios) (5%), o empreendimento já sofreu muitos calotes e não sabe como evitar (4%), os compradores só compram em grande quantidade (3%), ninguém do empreendimento sabe como se faz uma venda (argumentação, negociação, etc.) (3%), ninguém do empreendimento quer cuidar das vendas (2%), os preços praticados pelo empreendimento são muito altos (2%) e outras dificuldades (6%).

Quanto aos meios de divulgação dos produtos, serviços, atividades tem-se: divulgação “boca a boca” (47%), feiras e exposições eventuais (16%), cartazes, catálogos, folders e panfletos (14%), rádios comunitárias (7%), rádios comerciais e educativas (5%), jornais e revistas (4%), TVs (2%) e outras (5%).

Quanto às matérias-primas utilizadas na produção, a principal fonte continua a ser a aquisição junto a empresas privadas (41%), posto que a economia solidária ainda não conseguiu remontar as cadeias produtivas nos territórios. Mas é expressiva, tratando-se de organizações complexas, como os empreendimentos de transformação, a aquisição de insumos junto a associados (18%); ou de outros empreendimentos de economia solidária (4%) ou ainda junto a produtores não-sócios (7%). A doação de insumos corresponde a 13% e a coleta de materiais recicláveis ou matérias-primas para artesanato é a fonte de insumos para 8%. Desse modo, vemos que os empreendimentos que praticam formas solidárias de obtenção de insumos ultrapassam, em quantidade, os que apenas o adquirem junto a empresas privadas no mercado. Isso significa que o crescimento das redes de economia solidária e a ampliação de negócios solidários entre os empreendimentos que as integram fortalece a expansão do setor, ampliando o volume de vendas em seu interior, e que começa haver a remontagem solidária e ecológica das cadeias produtivas nos territórios.

Dos empreendimentos, 46% participam de alguma rede de economia solidária ou fórum de articulação, nas seguintes modalidades: Fórum ou Rede de Economia Solidária (30%); movimentos social ou sindical (17%), redes de produção/comercialização (16%), conselhos de gestão e fóruns de participação em políticas (15%), Ongs, Igrejas, Pastorais, Fundações etc. (12%), federações de cooperativas (11%), outras articulações ou redes (6%), complexos cooperativos (6%), centrais de comercialização (5%) e outros (10%).

Destaque-se que 58% dos empreendimentos alimentam suas conexões com movimentos populares, sindicais, comunitários, culturais e fóruns de diversos tipos, participando de: movimento comunitário (48%), movimento sindical urbano ou rural (45%), movimento de luta pela terra e agricultura familiar (37%), movimento ambientalista (22%), movimento de luta por moradia (13%), religioso ou pastoral (11%), movimento pela igualdade racial (8%), mulheres / gênero (8%), movimento de ameaçados ou atingidos por barragens (3%) e outros movimentos (8%). Sob outro aspecto, 57% dos empreendimentos participam ou desenvolvem alguma ação social ou comunitária, particularmente nas áreas de: educação (52%), trabalho (43%), saúde (43%), meio ambiente (39%), moradia (21%), redução da violência (15%), alimentação, doações instituições assistência social (13%), lazer, esporte, cultura, religião (12%) e outras (4%).

Fato é que muitos empreendimentos surgiram das lutas desses movimentos ou por iniciativas de micro-crédito. Nada mais natural que uma empresa de confecções, que surgiu por luta e organização local de um movimento de mulheres, mantenha o seu compromisso no apoio às

lutas feministas. Ou que uma empresa de beneficiamento de frutas que surgiu da organização do Movimento Sem Terras, após conquistar um assentamento da reforma agrária, continue apoiando a luta dos trabalhadores rurais sem-terra. Ou que surgindo graças ao apoio da comunidade mantenha-se comprometida com a sua melhoria.

Cerca de 70% dos empreendimentos têm alguma iniciativa com vistas à qualidade de vida dos(as) consumidores(as) de seus produtos e/ou serviços, particularmente com os seguintes tipos de iniciativa: preços dos produtos e/ou serviços facilita o acesso aos(às) consumidores(as) (50%), oferta de produtos orgânicos ou livres de agrotóxicos (40%), informações dos produtos e/ou serviços aos(às) consumidores(as) (40%), incentivo ou promoção do consumo ético e do comércio justo (34%), qualificação e qualidade do produto e/ou serviço (26%) ou outra (7%).

No que se refere às instâncias de direção e coordenação, os empreendimentos têm: assembléia de sócios(as) ou reunião do coletivo de sócios(as) (77%), Diretoria, Conselho Diretor ou Coordenação (61%), Conselho Fiscal (50%), Grupos de Trabalho, Comissões ou Núcleos (28%), Conselho Administrativo (18%), Conselho Consultivo (6%), Comissão ou Conselho de Ética (3%) e outras (4%). Quanto às formas de participação dos(as) sócios(as) nas decisões elas se dão do seguinte modo nos empreendimentos: participação nas decisões cotidianas do empreendimento (67%), prestação de contas aos(às) sócios(as) em assembléia geral/ reunião do coletivo de sócios(as) (60%), eleição da diretoria em assembléia geral/ reunião do coletivo de sócios(as) (60%), acesso aos registros e informações do empreendimento (59%), decisão sobre destino das sobras e fundos em assembléia geral/ reunião do coletivo de sócios(as) (48%), plano de trabalho definido em assembléia geral/ reunião do coletivo de sócios(as) (41%), contratações e remunerações definidas em assembléia geral/ reunião do coletivo de sócios(as) (13%). No caso de 2% (440 empreendimentos) não existe essa participação. Com relação à periodicidade da assembléia geral ou reunião do coletivo de sócios(as) dos empreendimentos, a pesquisa apontou que a realizam com a seguinte frequência: mensal (48%), semanal ou quinzenal (14%), bimestral ou trimestral (11%), anual ou mais de 1 ano (11%), semestral (5%), outra periodicidade (9%) e não realizam (2%).

No total, 73% dos empreendimentos afirmam que tiveram acesso a algum tipo de apoio, assessoria, assistência ou capacitação. O conjunto dos tipos de apoio recebidos pode ser assim desmembrado: qualificação profissional, técnica, gerencial (31%), assistência técnica e/ou gerencial (26%), formação sócio-política (autogestão, cooperativismo, economia solidária) (17%), assessoria na constituição, formalização ou registro (9%), diagnóstico e planejamento (viabilidade econômica) (6%), assessoria em marketing e na comercialização de produtos e serviços (5%), assistência jurídica (4%) e outros (3%). Receberam apoio dos seguintes atores: órgãos governamentais (56%), ONGs, OSCIPs, Igrejas, associações e conselhos comunitários, etc. (32%), Sistema "S" (Sebrae, SESCOOP, etc.) (28%), Movimento Sindical (Central, Sindicato, Federação) (16%), universidades, incubadoras, Unitrabalho (10%), Cooperativas de técnicos(as) (4%) e outras (8%).

1.3 A respeito de seu surgimento, cabe recordar que as experiências de economia solidária no Brasil são muito antigas, remontando a práticas de solidariedade econômica muito comuns na história do país, desde as comunidades indígenas originárias passando pelos quilombos, formas de cooperação na produção e comercialização da agricultura familiar, práticas de cooperativismo em diversos ramos (em todo o século XX), e mais recentemente pequenos projetos econômicos de caráter comunitário, tanto de consumo quanto de produção (compras comunitárias nos anos 70, hortas comunitárias e empreendimentos produtivos nos anos 80), apoiados por igrejas e ONGs como resposta à situação de insegurança alimentar e ao desemprego crescente no período (nas últimas 4 décadas), empresas falidas recuperadas por trabalhadores em sistemas de autogestão, coletivos de assentamentos rurais e sistemas de agricultura orgânica (desde os anos 80), cooperativas de trabalho e serviços, economia de comunhão, micro-finan-

ças, bancos populares e sistemas de trocas com moedas sociais, galpões de reciclagem, feiras solidárias, comércio justo (que ganharam maior expressão desde os anos 90), redes e fóruns nacionais, regionais e locais de economia solidária na presente década. Brotam dos setores populares organizados, com motivações econômicas, éticas e políticas, enfrentando situações econômicas adversas. Progressivamente vão sendo formuladas proposições de políticas públicas para geração de emprego e renda que aos poucos vão modificando sua abordagem do enfrentamento das causas estruturais da exclusão sócio-econômica e da concentração de riquezas passando a surgir um conjunto de propostas identificadas sob o signo da economia solidária, articulando dimensões da educação, cultura, gênero, etc., norteando programas e políticas públicas em diversas prefeituras e em alguns governos estaduais e mais recentemente no Governo Federal, com a criação de uma Secretaria Nacional e de um Conselho Nacional de Economia Solidária. Esse conjunto de fatores históricos, culturais, de capacidade dos setores populares (civis e governamentais) em formular e implementar suas proposições, disputando hegemônias na condução das políticas públicas em diversos níveis em resposta à adversidade da situação socioeconômica experimentada pelas massas sociais são aspectos marcantes no surgimento e desenvolvimento da economia solidária no Brasil.

1.4 Os principais atores da economia solidária na atualidade brasileira são os empreendimentos de economia solidária, as entidades de apoio e fomento, as ligas e uniões de empreendimentos, o Fórum Brasileiro de Economia Solidária e as instâncias governamentais, como exemplificado no diagrama abaixo, que apresenta para cada uma desses atores algumas entidades que os compõem¹³.



Conforme a conferência nacional de economia solidária, as manifestações da economia solidária no Brasil são diversas, destacando-se: “(...) coletivos informais, associações, cooperativas de produção, de trabalho, de consumo solidário ou de serviços; cooperativas sociais...; organizações e grupos de crédito solidário, bancos comunitários e fundos rotativos e cooperativas de crédito; redes de empreendimentos, produtores e consumidores; grupos e clubes de trocas solidárias e mercados de trocas solidárias com ou sem uso de moeda social; empresas recuperadas pelos trabalhadores em autogestão; cadeias solidárias de produção, comercialização e consumo; centrais de comercialização, iniciativas de comércio justo, organização econômica de comunidades tradicionais (quilombolas, comunidades negras e terreiros de matrizes africanas, povos indígenas, ribeirinhas, seringueiros, pescadores artesanais e outros extrativistas, etc.); cooperativas habitacionais autogestionárias; grupos culturais; agroindústrias familiares, entre outras iniciativas, seja nas áreas urbanas ou no meio rural, respeitando a questão de gênero, raça, etnia e geração.”¹⁴

¹³ Cf. Senaes. *Atlas da Economia Solidária*.

¹⁴ I CONAES - 26 a 29 de junho de 2006 - “Economia Solidária como Estratégia e Política de Desenvolvimento”, p. 3

2. Visões Presentes em cada País

2.1 No Brasil há uma ampla gama de visões sobre a economia solidária e das melhores estratégias para o seu desenvolvimento. No campo da ecosol alguns acentuam seu caráter de gerar trabalho e renda e de promover a inclusão social (como as iniciativas fomentadas pelas igrejas); outros, como os movimentos sociais, destacam o seu papel em pressionar a mudança do conjunto das políticas econômicas no país; outros a enfatizam como concepção de desenvolvimento sustentável ou integral, com ênfases nas dimensões ecológicas, subjetivas e espirituais de um modo de vida mais saudável e fraterno; em geral é destacada por boa parte dos dirigentes como uma alternativa ao capitalismo e aos seus danos sociais e ambientais; mas por uma certa parcela de partidos de esquerda e de alguns movimentos sociais é vista como uma espécie de empreendedorismo social capaz apenas de minimizar os efeitos da exclusão social, sem capacidade de transformação estrutural, pois não teria como economicamente enfrentar o poder do grande capital internacional. À exceção desta última, as demais compõem um mosaico em que todas as peças têm uma identidade comum, perceptível na I Conferência Nacional de Economia Solidária, cujo documento final assim afirma sobre os Fundamentos da Economia Solidária: “A Economia Solidária se caracteriza por concepções e práticas fundadas em relações de colaboração solidária, inspiradas por valores culturais que colocam o ser humano na sua integralidade ética e lúdica e como sujeito e finalidade da atividade econômica, ambientalmente sustentável e socialmente justa, ao invés da acumulação privada do capital. Esta prática de produção, comercialização, finanças e consumo privilegia a autogestão, a cooperação, o desenvolvimento comunitário e humano, a satisfação das necessidades humanas, a justiça social, a igualdade de gênero, raça, etnia, acesso igualitário à informação, ao conhecimento e à segurança alimentar, preservação dos recursos naturais pelo manejo sustentável e responsabilidade com as gerações, presente e futura, construindo uma nova forma de inclusão social com a participação de todos. (...) A Economia Solidária exige uma educação solidária que transforme a mentalidade cultural dominante de competição para a construção do espírito de cooperação, além do desenvolvimento de uma matriz científica e tecnológica que esteja comprometida com o desenvolvimento sustentável e solidário. (...) A Economia Solidária é, pois, um modo de organizar a produção, distribuição e consumo, que tem por base a igualdade de direitos e responsabilidades de todos os participantes dos empreendimentos econômico solidários. Os meios de produção de cada empreendimento e os bens e/ou serviços neles produzidos são de controle, gestão e propriedade coletiva dos participantes do empreendimento. Igualmente, há associações, cooperativas e grupos informais de consumidores, pequenos produtores ou prestadores de serviços, individuais ou familiares, que trabalham em separado (cada qual em seu estabelecimento), mas que realizam em comum a compra de seus insumos, a comercialização de seus produtos ou o processamento dos mesmos. (...) As iniciativas de Economia Solidária têm em comum a igualdade de direitos, de responsabilidades e oportunidades de todos os participantes dos empreendimentos econômico solidários, o que implica em autogestão, ou seja, a participação democrática com exercício de poder igual para todos, nas decisões, apontando para a superação da contradição entre capital e trabalho.”¹⁵

De sua parte, Araújo e Silva distinguem as concepções *utilitarista* e *solidarista* de Economia Solidária. A primeira considera que “...as políticas relacionadas à economia solidária são obrigações devidas ou pelo Estado contemporâneo a seus cidadãos ou pela sociedade civil organizada, ambos tratando de dinamizar empreendimentos que garantam renda ou trabalho. (...) Nessa interpretação, cabe ao Estado garantir os recursos estratégicos (financeiros, tecnológicos, humanos etc.) adequados à melhoria das condições de vida das pessoas e necessários à promoção de seu bem-estar. Portanto, a economia solidária seria uma espécie do gênero de ini-

¹⁵ I CONAES, p. 2

ciativas que o Estado utiliza para alcançar os fins de uma política de bem estar em comunidades carentes.” Por sua vez, a interpretação solidarista da economia solidária “afirma que esta é um espaço de mediação entre o Estado, o mercado e a comunidade, não sendo um campo a serviço exclusivo de um ou de outro, mas que se nutre das energias dinâmicas de ambos, trilhando os caminhos da autonomia. A economia solidária encontrar-se-ia na contingência de ter de lidar com o acesso a direitos sociais e proteção mínima do Estado e dos mercados, mas lidaria com a obrigação de certos deveres de solidariedade por parte da própria comunidade. Portanto, sua função enquanto rede institucional não poderia identificá-la com políticas estatais de cunho compensatório, nem com a inclusão pelo assalariamento ou pelo mercado. A economia solidária teria como fundamento as iniciativas de base local e promoção comunitária do bem-estar, sendo Estado e mercado, subsidiários das dinâmicas comunitárias.”¹⁶

2.2 Quanto a opinião dos líderes de organizações econômicas e sociais representativas sobre economia solidária, ainda não foi feita uma pesquisa específica sobre o tema. Pelo que se nota, as principais “organizações econômicas e sociais” do campo popular progressivamente vieram e vêm tomando maior conhecimento da Economia Solidária, ampliando-se as formas de colaboração. Assim, por exemplo, a Central Única dos Trabalhadores organizou a Agência de Desenvolvimento Solidário em 1999 visando apoiar o desenvolvimento da economia solidária no Brasil. As universidades, por sua vez, organizaram no mesmo ano a Rede de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares. Há conflitos, entretanto, com setores de organizações sociais, como uma parcela do cooperativismo e particularmente com a Organização das Cooperativas do Brasil, em razão da sua pouca assunção dos princípios históricos do cooperativismo (especialmente no que se refere à autogestão e intercooperação). Parte deste cooperativismo adota estratégias capitalistas de competição e de enfrentamento da concorrência, como no setor agropecuário, onde para 885 mil associados em 2006 havia aproximadamente 125 mil assalariados, sendo que para *uma parcela* destes, não há praticamente diferença em ser contratado por uma empresa capitalista ou ser assalariado por uma cooperativa. Cabe destacar que em 2006 havia cerca de 7.600 cooperativas no Brasil, com aproximadamente 7,3 milhões de associados e 220 mil assalariados. Ao passo que o mapeamento da economia solidária em 2007 apontou 22 mil empreendimentos com cerca de 1,7 milhões de trabalhadores com 29 mil trabalhadores não-sócios contratados, em regime permanente ou temporário. Cabe à economia solidária forçar o cooperativismo a rever sua estratégia global de atuação para reassumir valores históricos como a autogestão e a intercooperação e trazer as cooperativas que respeitam tais princípios para uma efetiva integração econômica em redes colaborativas e cadeias produtivas, que poderia repercutir futuramente na mudança de posição das organizações maiores do cooperativismo em sua relação com a economia solidária e com o fim da unicidade de representação cooperativa.

2.3 Vários governos locais, estaduais e o Federal possuem programas de economia solidária. Alguns municípios e estados possuem leis a respeito. Conforme a Conferência Nacional, “um dos principais desafios que a Economia Solidária enfrenta no Brasil é tornar as políticas atuais, que lhe dão apoio, em políticas perenes, de Estado (Executivo, Legislativo e Judiciário), respeitando o Pacto Federativo, com definição e publicização dos recursos orçamentários e seus critérios de partilha, com a criação de um Fundo de Desenvolvimento da Economia Solidária – FDES, entre outras opções, deixando de depender da vontade dos diversos governos que se sucedem. (...) A existência da Secretaria Nacional de Economia Solidária, do Conselho Nacional de Economia Solidária e a criação de órgãos semelhantes, em Estados e Municípios, contribuem para esse fim, propiciando ainda a discussão sobre o tema da Economia Solidária em conselhos já existentes. Mas não basta. (...) é necessário o envolvimento e engajamento dos movi-

¹⁶ Herton ARAÚJO e Frederico SILVA. [Economia Solidária: um novo paradigma de política pública?](#) IPEA-Mercado de Trabalho, n.28, set 2005, p. 32

mentos da Economia Solidária nos espaços da gestão pública e de controle social, nas três esferas de governo, garantindo como essência a autonomia e independência do movimento (...) O aparelho do Estado Brasileiro deve ser profundamente readequado para interagir, eficazmente, com os mecanismos democráticos de autogestão inerentes à Economia Solidária. Para tanto, é necessário que o processo de organização da Economia Solidária no Brasil vá além da mera organização jurídica e da produção e que prime por destituir a cultura paternalista do Estado Brasileiro, na busca da construção de uma cultura de autogestão e solidariedade efetivas.”¹⁷

2.4 No Brasil há uma significativa produção acadêmica e governamental sobre a economia solidária e dezenas de universidades têm ações específicas sobre o tema. Uma pesquisa no Google Acadêmico indicando a expressão “economia solidária” resulta em 2 mil documentos em português catalogados¹⁸. Somam-se mais 143 livros elencados no Google Book Search, contendo a mesma expressão¹⁹. Seguramente o número de artigos e livros é maior, pois a busca por páginas em português que contenham a expressão “economia solidária” resulta no Google em 1,15 milhão documentos²⁰, no Yahoo e no Altavista em meio milhão de páginas²¹ e no MSN em 620 mil²². O refinamento da pesquisa no Google para obter-se somente as páginas com essa expressão publicadas em sítios de instituições educativas (.edu.br) resulta em cerca de mil documentos²³. Pesquisando-se páginas que além da expressão “economia solidária” contenham “tese de doutorado” ou “tese de mestrado” ou “monografia”, encontra-se respectivamente 9.440 páginas, 4.210 e 4.650 páginas. Suponho que o número de teses, dissertações e monografias que façam alguma referência à “economia solidária” no Brasil seja inferior a estes, pois muitas destas páginas citam os mesmos trabalhos. Por outra parte, muitos trabalhos acadêmicos que se refiram à ecosol seguramente não estão citados na internet.

Portanto, embora a economia solidária vá ganhando maior atenção acadêmica, não apenas em alguns departamentos de economia, mas em vários setores universitários por suas interfaces com questões de segurança alimentar, saúde, gênero, desenvolvimento sustentável, subjetividade, movimentos sociais, educação, políticas públicas, etc., não há, todavia, uma estratégia acadêmica de sistematização do conjunto das investigações desenvolvidas nos diversos ramos do conhecimento a seu respeito. Embora haja uma rede universitária de incubadoras populares e uma outra, dedicada ao tema do trabalho, seria preciso organizar uma estratégia colaborativa de sistematização do conjunto das pesquisas em expansão nos últimos anos para que o movimento da economia solidária no país possa refletir sobre esses acúmulos, apropriar-se do que lhe seja valioso e questionar aquilo que lhe pareça devido, pois a elaboração acadêmica, como é de sua própria natureza, nunca esgota a complexidade do real.

Por sua vez, há mais de 600 mil páginas em sites governamentais no Brasil (gov.br) que fazem referência à “economia solidária” catalogadas no Google. A Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária tem buscado realizar um trabalho de sistematização dessas políticas no país.

3. Aspectos chaves para avaliar as experiências de Economia Solidária

3.1 Quanto ao tema da propriedade e/ou pose nas iniciativas de economia solidária e em que se

¹⁷ I CONAES, p.12

¹⁸ [Visualizar essa pesquisa.](#)

¹⁹ [Visualizar essa pesquisa.](#)

²⁰ [Visualizar essa pesquisa.](#)

²¹ [Visualizar essa pesquisa.](#)

²² [Visualizar essa pesquisa.](#)

²³ [Visualizar essa pesquisa.](#)

assemelham ou diferenciam da propriedade capitalista, pode-se afirmar que em geral trata-se da propriedade ou posse coletiva, administrada sob autogestão, não havendo subalternidade do trabalho em relação ao capital.

3.2 A formação de preços justos e solidários ocorre no diálogo entre produtores e compradores. Todavia boa parte da economia solidária tem dificuldades em calcular custos e preços. Assim, o considerado “preço justo” tem uma conotação ética em considerar as possibilidades e necessidades de quem compra ou vende, mas não está geralmente fundado em uma percepção adequada de todos os custos, particularmente da depreciação de equipamentos ou da pegada ecológica, entre outros. Os principais modos de intercâmbio justos e solidários que estão se desenvolvendo são a relação direta produtor-comprador, feiras e lojas, com as modalidades de venda e troca. Quanto ao Comércio Justo, há no país o Fórum de Articulação do Comercio Ético e Solidário, integrando organizações que atuam no comércio justo local, nacional e internacional.

3.3 No que se refere às finanças solidárias, temos a Associação Brasileira de Instituições de Micro-Crédito (ABICRED). Há diversos tipos de práticas de finanças solidárias utilizando somente dinheiro oficial ou valendo-se deste em conjunto com moedas sociais. Entre as experiências mais inovadoras e conhecidas está o Banco Palmas em Fortaleza, que realiza micro-créditos para consumo e produção em um sistema integrado que permite a conversibilidade entre a moeda social emitida pela comunidade e a moeda de curso nacional para a realização de pagamentos de produtos e serviços (de economia solidária ou não) comercializados no bairro, experiência que deu origem a uma rede de bancos comunitários espalhada por alguns estados do nordeste do Brasil.

3.4 No que se refere ao consumo, a Conferência Nacional afirmou que “...a Economia Solidária promove ... o fortalecimento e a prática do consumo consciente, ético, solidário e justo. Leva a sociedade a perceber que o ato de consumir não é apenas uma questão de "gosto", mas, é, também, um ato ético e político. Ao consumirmos um produto originado de um processo em que se explora o trabalho alheio, degrada-se o meio ambiente e as relações comunitárias, aprofunda-se as desigualdades sociais de gênero e classe. A Economia Solidária deve buscar a articulação entre produtores e consumidores, potencializada por uma comunicação de base solidária, dialógica e educativa.”²⁴ “A Economia Solidária vem experimentando uma nova relação entre produtores solidários e consumidores, gerando consumo consciente e comercialização justa, estreitando as relações do campo com a cidade”²⁵.

3.5 Quanto ao meio ambiente, a Conferência Nacional afirmou que “a Economia Solidária compartilha valores, princípios e práticas... [da] luta ambientalista pelo desenvolvimento sustentável, pela preservação dos recursos naturais e dos ecossistemas”²⁶. Destacou que “a Economia Solidária deve ser incentivada como estratégia de produção apropriada, de manejo sustentável da natureza, de tratamento e reciclagem de resíduos sólidos e líquidos nos espaços urbanos e rurais, de fortalecimento da agroecologia, articulando as ações de preservação e conservação da natureza em todos os biomas e ecossistemas. É necessário estabelecer regras para a conservação e a utilização de forma sustentável dos recursos genéticos e para a distribuição equitativa dos benefícios gerados a partir do seu uso e garantir que os recursos fitogenéticos para a agricultura, o extrativismo e a alimentação, considerados vitais para a sobrevivência

²⁴ I CONAES, p. 4

²⁵ *Ibidem*, p.9

²⁶ *Ibidem*, p.5

humana, sejam conservados e sejam utilizados de forma sustentável e que os benefícios derivados do seu uso sejam distribuídos de forma justa e equilibrada.”²⁷ Por sua vez o mapeamento apontou, quanto aos resíduos (lixo ou sobra de materiais) gerados a partir da atividade produtiva ou da prestação de serviços, que 40% dos empreendimentos informaram não gerá-los. Os outros 60% dos empreendimentos geram algum tipo de resíduo que é destinado ou tratado do seguinte modo: reaproveitamento dos resíduos no empreendimento (39%), coleta de lixo normal (29%), queima ou incineração (7%), coleta de lixo especial (7%), acúmulo no local do empreendimento (6%), realização de algum tipo de tratamento dos resíduos antes de eliminar (3%), venda dos resíduos (3%), despejo em rios, riachos ou córregos sem tratamento (1%), despejo em esgotos sem tratamento (1%) ou outro destino ou tratamento (4%). Busca-se portanto “...outras concepções de desenvolvimento que consideram a centralidade da pessoa humana, a sustentabilidade ambiental, a justiça social, a cidadania e a valorização da diversidade cultural, articuladas às atividades econômicas”²⁸ e “promover práticas produtivas ambientalmente sustentáveis, respeitando as particularidades dos diferentes biomas e ecossistemas e utilizando suas potencialidades de forma racional.”²⁹

3.6 No que se refere à solidariedade na ação econômica, como vimos, a pesquisa nacional apontou várias formas de cooperação e articulação dos empreendimentos em fóruns e redes, bem como sua articulação com movimentos sociais, ONGs e organismos eclesiais em diversas práticas de produção, comercialização, consumo, financiamento, desenvolvimento tecnológico e educação.

Em se tratando da educação, afirma a Conferência nacional que “a Educação para a Economia Solidária, seguindo os princípios da solidariedade e autogestão, contribui para o desenvolvimento de um país mais justo e solidário. Ela deverá valorizar as pedagogias populares e suas metodologias participativas e os conteúdos apropriados à organização, na perspectiva da autogestão, tendo como princípio a autonomia. Deve viabilizar tecnicamente as suas atividades sociais e econômicas e despertar a consciência crítica dos trabalhadores. A complexidade desta formação inclui tanto estes princípios, enquanto ferramentas para o empoderamento dos sujeitos, como a capacitação técnica, a inclusão digital e a própria prática da autogestão. Nesse sentido, deve ser feito um esforço para inserir essas práticas e valores da Economia Solidária nos currículos e projetos pedagógicos, de forma transversal e interdisciplinar, nos vários níveis de ensino (fundamental, médio e superior), com crianças, jovens e adultos. Deve-se considerar, ainda, a ampliação da inserção da Economia Solidária nos programas existentes, voltados para a elevação de escolaridade e qualificação social e profissional. Para tanto se faz necessária a formação de educadores do sistema público de ensino... Além disso, deve-se construir material didático e o novo referencial teórico-pedagógico que contemple a dimensão da Economia Solidária. A educação e qualificação para a Economia Solidária deve contribuir para o desenvolvimento de uma nova subjetividade, enraizada na contribuição de uma liberdade compartilhada, na construção de projetos comuns que respeitem a diversidade dos atores, que promova a paz através do diálogo como meio para a solução de conflitos e que universalize a irmandade e a solidariedade nas relações interpessoais e sociais.”³⁰

3.7 Quanto ao papel da tecnologia na economia solidária e do intercâmbio de saberes, destaca-se que nos últimos anos cresceu no país o número de entidades que oferecem assessoria e fomento à Economia Solidária, entre as quais universidades, incubadoras tecnológicas, ONGs e grupos de pesquisa e extensão. Desenvolvimentos tecnológicos nos campos da agroecologia e do software tem sido compartilhados através de redes colaborativas. Por meio da Internet

²⁷ *Ibidem*, p.22-23

²⁸ *Ibidem*, p5-6

²⁹ *Ibidem*, p.15

³⁰ *Ibidem*, p.20

fóruns e redes com milhares de participantes no Brasil compartilham e produzem conhecimentos sobre a Economia Solidária. Em um país continental como esse, a Internet cumpre um papel de grande importância para o desenvolvimento da Economia Solidária. Na conferência Nacional a “Formação, Assistência Técnica, Pesquisa e Tecnologia” encabeça a lista das prioridades aprovadas. Destacou-se que é necessário “garantir as ações de pesquisa e extensão das Universidades, Escolas Técnicas, Serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural, Institutos e Centros de Pesquisa para a produção e disseminação de tecnologias apropriadas à Economia Solidária” ampliando-se “...os programas de financiamento... e os fundos setoriais de apoio à pesquisa para inclusão social, assim como viabilizar a representação da Economia Solidária nos Fóruns de Ciência e Tecnologia; e disponibilizar recursos e atividades de pesquisa, visando atender suas demandas... E mais: é necessário difundir e tornar acessíveis as novas tecnologias, inclusive o acesso a equipamentos e programas de informática, priorizando o uso e desenvolvimento de softwares livres em sistemas de informação de Economia Solidária.”³¹

4. Instrumentos da Economia Responsável, Plural e Solidária

O debate sobre os indicadores da economia solidária está associado à compreensão que dela se tem, do que se pretende investigar e destacar a seu respeito. Se é compreendida como concepção de desenvolvimento integral, a tendência é recolher todos os indicadores de desenvolvimento sustentável e de desenvolvimento humano, relendo-os à luz dos princípios da economia solidária. Quando se pretende avaliar as formas de produção, comercialização e consumo autogestionadas, outros são os indicadores destacados. O seu elenco poderia ocupar diversas páginas. A análise da situação atual da ecosol no Brasil realizada no início deste texto contém, implicitamente, uma série de indicadores. Em sentido mais geral, a mensuração dos resultados da Economia Solidária associa indicadores não-monetários tomados de forma complementar ao PIB, como o IDH, índice de Gini e outros, visando considerar a diversidade das formas e de atividades sócio-econômicas, de riqueza produzida e os efeitos sociais e ambientais das atividades econômicas, como instrumentos metodológicos para medir, avaliar e valorar a economia solidária, destacando suas finalidades sociais e ambientais, tanto no que se refere às atividades dos empreendimentos quanto ongs e governos nessa área.

Considerando especificamente as iniciativas de ecosol a partir do mapeamento nacional, destaca Luiz Inácio Gaiger que o “contraste entre os EES e a empresa privada capitalista” pode ser avaliado pela: “ruptura da subordinação estrutural do trabalhador; capital a serviço do (da lógica) trabalho; tendência à equidade frente aos meios de produção; vínculo entre as dimensões econômica e social; presença de inflexão ética na esfera econômica”. Para ele os principais indicadores de socialização da base material e produtiva são: “propriedade coletiva dos principais meios de produção; aporte em capital e trabalho similar entre sócios; trabalhadores não associados apenas em caráter restrito; atividades-fim realizadas apenas pelos sócios; processo de trabalho coletivo”. Por sua vez, os indicadores de divisão dos benefícios econômicos e sociais seriam: “remuneração pelo trabalho; minimização das diferenças de remuneração; remuneração igual ou superior ao mercado; assistência a membros desfavorecidos; práticas de reciprocidade e ajuda mútua; fundos sociais (seguridade, saúde, descanso, etc.); preservação do quadro de associados.” Já os indicadores de democracia interna seriam: “princípio um associado, um voto; decisões fundamentais tomadas pelo conjunto de associados; elevado comparecimento nas instâncias deliberativas e consultivas; socialização das informações entre os membros; eleições diretas e livres dos dirigentes; regularidade das reuniões decisórias; envolvimento dos membros na gestão cotidiana do trabalho e do empreendimento; participação igualitária de sócios homens e mulheres; renovação dos quadros diretivos; voto secreto nas decisões funda-

³¹ *Ibidem*, p.21

mentais”³².

Em sentido mais geral, de nossa parte, poderíamos elencar indicadores sócio-econômicos, políticos e culturais. Socioeconômicos: quantidade de necessidades satisfeitas com produtos de ecosol; elevação da qualidade de vida e desenvolvimento humano (alimentação, saúde e educação; acesso a bens materiais e imateriais; melhores equipamentos e serviços públicos estatais e não-estatais); acesso à informação e participação decisória; acesso a diversidade de culturas; volume e qualidade de bens e serviços produzidos adequados às necessidades sociais; menor número de pessoas empobrecidas; índices de distribuição de renda mais equitativos; remontagem de cadeias produtivas (maior número de fornecedores solidários de insumos); grau de realimentação em rede do conjunto das iniciativas; impacto ambiental cada vez menor do processo de consumo/produção; existência de peixes nos rios e potabilidade de suas águas; tratamento de resíduos, maiores índices de reciclagem e de utilização de energia renovável; redução da pegada ecológica do consumo; diminuição da violência; diminuição da criminalidade; etc. Indicadores Políticos: maior participação das pessoas tanto nas organizações sociais populares quanto na vida política local, regional e nacional; mecanismos de participação popular direta nos governos (orçamento participativo, participação na elaboração das políticas públicas); capacidade de mobilização social em favor da democratização do Estado; introdução de mecanismos de combate à corrupção e sua efetiva redução (transparência via Internet nos orçamentos e sua execução), etc. Indicadores Culturais: maior solidariedade no interior das famílias, comunidades, bairros e municípios; propagação de valores como justiça, equidade, honestidade e promoção da paz; elevação de níveis de escolarização, ampliação das capacidades de expressão cultural das pessoas e comunidades e elevação do diálogo intercultural entre os povos.

5. Impacto da Economia Responsável, Plural e Solidária no Desenvolvimento

A Conferência Nacional de Economia Solidária teve por tema de debate em todo o país a “Economia Solidária como Estratégia e Política de Desenvolvimento”. Nacionalmente o seu impacto sobre o desenvolvimento ainda não se faz sentir, mas localmente tal impacto é perceptível em muitas localidades onde a economia solidária tem maior expressão. Contribui ao *bem-viver*, ao *bem-estar*, *fazer e ser* pela reintegração ao tecido social e econômico de grandes parcelas da população que estavam excluídas das possibilidades de uma vida digna. Graças à mobilização social tem-se conseguindo gerar alguns programas e algumas políticas públicas de apoio à economia solidária, cujos resultados elevaram a sustentabilidade dos empreendimentos em alguma medida, assegurando-se a permanência de benefícios sociais por eles gerados - como vimos inicialmente ao analisar o mapeamento. Conforme a pesquisa, os empreendimentos têm atuação comunitária e, em alguma medida, ampliam o acesso da população a serviços sociais. Entre as mudanças favoráveis promovidas no plano econômico com o fomento da economia solidária (não apenas pelos governos, mas especialmente por diversas organizações da sociedade civil) está a geração de milhares de postos de trabalho, a oferta de produtos e serviços sem exploração dos trabalhadores e com menores impactos ambientais ou isentos de tais impactos, maior integração das comunidades em torno de sua vida, cultura e território. Ampliou-se significativamente o número de empreendimentos nos últimos anos e sua capacidade produtiva e comercial. No plano político, a constituição de um Conselho Nacional de Economia Solidária, com ampla representação da sociedade civil, e a realização de uma Conferência Nacional (estabelecendo orientações para as políticas públicas no país relacionadas ao setor) foi um importante avanço, tanto quanto a criação de instrumentos como o Sistema Nacional de Informações Sobre Economia Solidária alimentado pelo mapeamento. O debate sobre a economia solidária como concepção de desenvolvimento se expandiu e a construção de um movi-

³² Luiz Inácio Gaiger. [Aspectos da gestão nos empreendimentos econômicos solidários](#). 02-05/06/2006.

mento nacional em torno desse horizonte tem se fortalecido nos últimos anos, ampliando o reconhecimento social da economia solidária, que começa a fazer parte da agenda dos meios de comunicação social, particularmente dos **telejornais** e da **mídia impressa**. Estes avanços demonstram claramente o desenvolvimento da capacidade de interlocução política dos atores da economia solidária organizados em fóruns e redes e da ampliação de sua capacidade de comunicação, igualmente potencializadas por governos populares.